

O DEUS DA HARMONIA: A LEGITIMAÇÃO DE UM ESPAÇO NO CAMPO DISCURSIVO DA RELIGIOSIDADE

Carlos Alberto BAPTISTA¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A noção de discursos constituintes, formulada por Cossutta & Maingueneau (1995) e desenvolvida por Maingueneau (2000, 2004, 2006, 2010, 2014), tem como base a ideia de reunir discursos que desempenham o papel de fundadores das demais produções discursivas da sociedade. Discursos que legitimam outros ao mesmo tempo em que devem gerir, eles mesmos, seu processo de legitimação.

Nessa perspectiva, Maingueneau define, como discursos constituintes, o religioso, o filosófico, o científico e o literário. Embora diferentes, esses discursos possuem características similares de emergência, circulação e funcionamento. É de dessas similaridades que se formula o conceito de discursos constituintes.

O discurso teológico², tomado como um discurso constituinte, por sua cena de enunciação, funda uma Fonte legitimadora que, por sua vez, deve legitimá-la. Trata-se de um processo enunciativo em que o discurso deve gerir sua própria emergência, atribuindo autoridade a um enunciador que recebe sua fala de uma fonte transcendente. Essa fonte é produzida pelo próprio discurso, embora seja apontada como algo exterior a ele.

Com base nisso, nosso objetivo é de analisar as características do processo enunciativo-discursivo de fundação e de legitimação na emergência de um novo posicionamento no campo discursivo religioso. A hipótese é de que tal emergência deve ser concernente às características de constituição e de legitimação dos discursos constituintes.

¹ E-mail: prof.carlos.itb@gmail.com

² NASCIMENTO (2009, 2019) distingue discurso teológico e discurso religioso, considerando que o discurso teológico é constituinte. Na seção seguinte explicamos essa distinção.

A *Seicho-No-Ie* é uma religião surgida no Japão em 1929, fundada por Masaharu Taniguchi. A divulgação de seu conteúdo doutrinal foi feita principalmente pela publicação da coletânea de livros “A verdade da vida”. Os discursos veiculados por essas publicações possibilitam-nos analisar como o processo enunciativo de emergência desse novo posicionamento busca legitimar um espaço no campo da religiosidade. Selecionamos com esse intuito as revelações que introduzem essa obra, que serão tomadas por nós como os discursos teológicos que marcam a fundação dessa doutrina.

Tendo em vista que os discursos constituintes exercem função de *archeion* e legitimam os atos sociais, é necessário entendermos como funcionam seus mecanismos discursivos e enunciativos. Ao focarmos o discurso religioso e teológico, acessamos um universo simbólico tocante a toda história humana, visto que a religiosidade exerce significativo poder simbólico sobre os atos de uma coletividade. Entender seu funcionamento, portanto, é entender a relação entre o ser humano, a linguagem e o sagrado.

Embora o estudo a respeito do discurso religioso mereça espaço, visto que esse discurso atravessa diversas práticas sociais, há, no entanto, dificuldades de emergência de uma “Análise do Discurso Religioso”, como já aponta Maingueneau (2009). No Brasil, são poucos os estudos em Análise do Discurso que contemplam os discursos religioso e teológico. Por isso, esse campo encontra-se como um território pouco explorado e carente de bases teóricas sólidas. É nesse sentido que este estudo visa a contribuir para o melhor conhecimento do funcionamento do campo discursivo da religiosidade.

Embasamo-nos no aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha Francesa, na perspectiva enunciativo-discursiva desenvolvida por Maingueneau, da qual selecionamos as categorias de discursos constituintes, posicionamento, interdiscurso e cenas de enunciação. A escolha da AD destaca-se por seu caráter interdisciplinar possibilitar-nos um estudo que transcenda aspectos puramente linguísticos ou sociológicos. Na perspectiva da AD, o problema da religiosidade e das práticas linguageiras mostram-se intrínsecos, visto que a AD permite-nos exceder as fronteiras entre linguagem e lugares sociais:

pensar os lugares independentemente das palavras que eles autorizam, ou pensar as palavras independentemente dos lugares com os quais elas estão implicadas significaria permanecer aquém das exigências que fundam a Análise do Discurso. (MAINGUENEAU, 2007, p. 19)

O capítulo está organizado em três etapas. Primeiro, discorremos sobre a noção de discursos constituintes e de suas características fundamentais. Na sequência, apontamos os aspectos e funcionamento do campo discursivo religioso. Em seguida, apresentamos a *Seicho-No-Ie*, sua fundação, características doutrinárias e as produções discursivas que compõem o *corpus* em análise. Na última etapa, realizamos a análise e a discussão dos resultados.

OS DISCURSOS FUNDADORES E OS PROCESSOS ENUNCIATIVOS DE EMERGÊNCIA

Fundamentado em uma concepção de linguagem que concebe o discurso no entrecruzamento do uso linguageiro e lugar social, o quadro teórico desenvolvido por Maingueneau oferece uma perspectiva que nos permite refletir sobre a relação entre a prática social e a prática discursiva. Para tanto, o autor desenvolve um quadro teórico-metodológico que capta o plano discursivo pelo engendramento dos processos enunciativos. Assim, destaca o modo como as instâncias subjetivas emergem no discurso, concebendo o sujeito intrinsecamente ligados aos lugares sociais e às suas implicações com os lugares discursivos nos quais ele se inscreve para enunciar.

Nesse quadro, a noção de cenografia é fundamental. Construída pelo próprio discurso, mas também legitimada por ele, a cenografia consiste no processo de inscrição que envolve um enunciador e um co-enunciador, um ethos, um código linguageiro, um lugar (topografia) e um momento (cronografia) de enunciação. Esses elementos sustentam a cenografia à medida que emergem no discurso como os mais apropriados para aquela situação de enunciação. Temos, então, o que Maingueneau (2013; p. 98) chama de enlaçamento paradoxal, ou seja, o dito legitima o modo de dizer, ao mesmo tempo que o modo de dizer mostra-se como a forma mais legítima para o surgimento do enunciado.

Por sua vez, a noção de discursos constituintes, conforme formulada por Cossutta e Maingueneau (1995) e retomada por Maingueneau (1995, 2000, 2006, 2008, 2010, 2014), é um “campo de pesquisa”, no qual são reunidos discursos que apresentam em comum o fato de pretender legitimar todos discursos de uma sociedade, desempenhando, dessa forma, o papel de fundadores ou de arquivos.

Embora muito distintos entre si, os discursos constituintes, o teológico, o científico, o filosófico e o literário, compartilham características em comum quanto suas condições de emergência, circulação e funcionamento. A primeira similaridade entre esses discursos é que ocupam um lugar limite no interdiscurso, sendo a sede de autoridade de outros. Isso significa que tais discursos atuam

como fonte de legitimação dos demais discursos que circulam na sociedade, mas não admitem outros discursos acima deles.

Esse espaço limite ocupado pelos discursos constituintes somente é possível, pois tais discursos são autoconstituintes, ou seja, gerem, eles mesmos, seu modo de emergência no interdiscurso. Em outras palavras, podemos dizer que os discursos constituintes fundam sua própria emergência.

Para que possam surgir “do nada”, isto é, sem se alicerçar em outros discursos, os discursos constituintes emergem a partir de uma Fonte legitimadora, que resulta de um processo enunciativo paratópico (Maingueneau, 1993, 2006, 2010). A noção de paratopia é desenvolvida por Maingueneau (1993), em um primeiro momento, para tratar do discurso literário. Nesse sentido, o conceito designa a relação problemática que o escritor estabelece com o campo literário e com a sociedade.

Já em Maingueneau (2006), o autor estabelece a interdependência entre discursos constituintes e paratopia, ao afirmar esta como uma característica inerente a tais discursos.

Aquele que enuncia no âmbito de um discurso constituinte não pode situar-se nem no interior nem no exterior de uma sociedade: está fadado a dotar sua obra do caráter radicalmente problemático de seu próprio pertencimento a essa sociedade. Sua enunciação se constitui mediante a própria impossibilidade de atribuir a si um verdadeiro “lugar”. (2006, p. 68)

Estabelece-se, portanto, que a paratopia é um aspecto intrínseco aos discursos constituintes, pois atua como um fator de legitimação destes, ao permiti-los legitimar a si mesmos. O que é possível porque a paratopia dá ao enunciador sua autoridade enunciativa. Ela é apontada como um estatuto do produtor de um discurso constituinte, o qual ocupa um lugar paradoxal ou parasitário, na sociedade, que joga entre um lugar e um não-lugar.

Nessa perspectiva, aqueles que assumem o lugar de produtor dos discursos constituintes, tal como o artista, o filósofo, o cientista, o profeta, alimentam suas obras da negociação de um lugar impossível, de um pertencimento paradoxal ao mundo. É somente por não pertencer totalmente ao mundo que um discurso pode se propor sobre os demais discursos desse mundo; mas é somente por fazer parte do mundo que ele pode legitimar os discursos de uma sociedade.

Essas três características principais e imbricadas dos discursos constituintes, a paratopia, a auto e heteroconstituição, são norteadoras para refletirmos acerca do funcionamento do campo discursivo religioso. Acerca da heteroconstituição, isto é, da hierarquia interdiscursiva pela qual se constitui o discurso religioso e ao fato de legitimar outros discursos não sendo atravessado por eles, notamos que,

no campo discursivo religioso, as doutrinas emergentes alicerçam-se em uma obra fundadora, um discurso primeiro considerado sagrado pela comunidade discursiva. O livro sagrado, a bíblia, a Torá, o Alcorão, os Vedas são inscritos como as palavras primeiras de determinado posicionamento discursivo religioso. Essas obras tornam-se arquitextos pelos quais um ou mais posicionamentos disputam os efeitos de sentido verdadeiros, o que pode ser exemplificado pela organização das religiões cristãs em torno da Bíblia.

Na visão sociológica de Bourdieu (2013), o campo religioso é formado por posicionamentos (religiões, doutrinas, seitas) que disputam a adesão de fiéis. A fé funciona, nesse sentido, como um capital simbólico em disputa no interior do campo. O maior número de fiéis assegura a legitimidade do posicionamento e faz com que ele ocupe a região dominante. As disputas no interior do campo religioso são, no geral, marcadas por competição acirrada, na qual cada posicionamento busca descredibilizar os demais, considerando-os falsos profetas, práticas profanas ou demoníacas.

O posicionamento emergente estabiliza-se à medida em que se institucionaliza. Assim, quanto mais consegue ocupar um lugar dominante no campo e acumular maior capital simbólico, a doutrina torna-se uma instituição com uma comunidade discursiva organizada e hierarquizada, com práticas e rituais cristalizados, com a instauração de uma tradição religiosa e estabelecimento de dogmas.

Entretanto, conforme observa Nascimento (2009, 2019), ao considerar a interdiscursividade do discurso religioso, nota-se que os discursos institucionalizados das doutrinas religiosas, os posicionamentos, alicerçam-se em um discurso teológico, isto é, aquele no qual se manifesta a voz de Deus. Nessa ótica, os posicionamentos emergentes no campo discursivo religioso buscam sua fonte de autoridade no discurso constituinte teológico, aquele em que uma força transcendente assume o lugar de enunciador, ou ainda, aquele em que um hiperenunciador enuncia.

O discurso teológico insere-se, nessa ótica, entre os discursos que devem legitimar sua própria emergência no interdiscurso por um processo enunciativo paratópico. Sua aparição ocorre por meio de uma cena enunciativa que faz com que a fala do enunciador possa emergir de uma Fonte legitimadora, que problematiza a autoria do discurso e a responsabilidade enunciativa. Ao enunciar por uma força transcendente, seu enunciado acessa uma verdade absoluta, que lhe é revelada: a verdade sobre a existência, o sentido da vida, a salvação...

O discurso religioso, em contrapartida, seria o discurso institucionalizado produzido pelas organizações religiosas: o discurso católico, o discurso budista... O discurso religioso não seria, portanto, constituinte, pois necessita do discurso

teológico para legitimá-lo. Seria apenas mais um entre os discursos tópicos, isto é, aqueles produzidos na sociedade, como o jornalístico, o político etc. O discurso católico, por exemplo, se apoiaria no discurso constituinte bíblico, o qual daria sua autoridade enunciativa. Há, assim, a dicotomia interdiscursiva que diferencia discurso religioso e discurso teológico: tópico/ paratópico, institucional/ não-institucional, humano/ divino, fundador/ fundado.

O discurso que analisaremos é a “Revelação da Grande Harmonia”, texto introdutório do livro “A verdade da vida”. Por se tratar de uma revelação divina, que conforme a *Seicho-No-Ie*, é feita a Masaharu Taniguchi, esse discurso é tomado por nós como um discurso teológico, basilar para a fundação da doutrina. Como se pode notar, discurso teológico e religioso são faces imbricadas da interdiscursividade religiosa. A doutrina religiosa fundamenta-se nele, mas ele somente existe através dessa doutrina.

A SEICHO-NO-IE

A *Seicho-No-Ie* (doravante SNI) foi fundada em 1930, na cidade de Kode, no Japão, por Masaharu Taniguchi (1893-1988), fazendo parte do movimento denominado por Clarke (2008) de Novas Religiões Japonesas. É um movimento religioso surgido no início da era *Meiji*, meados do séc. XIX e início do séc. XX, mas que se expandiu, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial. As religiões que fazem parte desse movimento buscam adaptar-se ao processo de modernização japonês e atender às necessidades dos moradores de centros urbanos.

Albuquerque (1999) destaca como principais características das novas religiões japonesas: um corpo doutrinário sincrético, cujos elementos são provenientes do Xintoísmo, do Budismo, do Cristianismo, de crenças populares e do pensamento ocidental moderno; convicção de que seus adeptos são recompensados com benefícios nesta vida, como prosperidade, saúde e harmonia familiar; secularismo organizacional e proselitismo.

Na atualidade, a SNI, como aponta Clarke (2008, p. 42), é “considerada a religião com o maior número de adeptos – estimados em mais de dois milhões – dentre as mais de trinta religiões japonesas”. Entre as estratégias discursivas que garantem a adesão dos adeptos, está a decisão de deixar sua identidade em aberto, não aceitando o rótulo de religião. Assim, geralmente define-se como “filosofia de vida” ou espiritualidade.

A cosmologia que fundamenta a doutrina é composta pela dicotomia: de um lado, *Jissô*, Deus ou a imagem verdadeira, que é aquilo que existe de fato e constitui todo o universo; de outro lado, o mundo dos sentidos ou fenomênico, a

matéria, a aparência. Com base nesses dois elementos, estabelece-se a premissa de que, se o homem é filho de Deus, ele deve enxergar sua verdadeira essência, o *Jissô*. Ao despertar para o *Jissô*, perfeito por natureza, ele se libertará de tudo que há de mau do mundo; pois a doença, a dor, o sofrimento e até a morte, são projeções do mundo dos sentidos, causados pelo distanciamento da imagem verdadeira.

O ponto fundamental da doutrina é o sincretismo de sua constituição. Trata-se de um aspecto que se destaca na identidade enunciativa da SNI. Segundo Albuquerque (1999), são encontrados, não só elementos das religiões tradicionais japonesas, como o Budismo e o Xintoísmo, mas também elementos do Cristianismo. Além disso, há inspiração no Novo Pensamento americano, na Psicanálise freudiana e até na filosofia idealista alemã. Com base em um vasto interdiscurso religioso e filosófico, a SNI marca um posicionamento antissectarista, com a finalidade de emergir como uma religião universal que integra todas as demais religiões:

A Seicho-No-Ie é Budismo, é Cristianismo, é Xintoísmo, é também qualquer ensinamento ao mesmo tempo. Isso porque quando se segue a essência de todas as religiões, chega-se a um ponto em que todas elas se identificam, e a esse ponto de identidade é que foi dado o nome Seicho-No-Ie. (TANIGUCHI, apud ALBUQUERQUE, 1999, p. 34).

A divulgação doutrinal da SNI é feita, principalmente, pela publicação de revistas e livros. Inicia-se com a publicação da revista *Seicho-No-Ie* que, em 1932, é reunida, por seu fundador, na sua principal obra doutrinária, a coleção de 40 volumes intitulada *Seimei no Jissô*, “A verdade da Vida”. No Brasil, a coleção começou a ser publicada a partir da década de 1960, juntamente com a revista “O Acendedor”. As duas publicações são responsáveis, portanto, pela divulgação doutrinária da SNI no Brasil.

O livro “A verdade da vida” é a obra basilar de divulgação da doutrina, ainda na atualidade, e está na décima sétima edição (2003). Toda a coleção é de autoria de Masaharu Taniguchi. O livro contém textos que já haviam sido publicados na revista *Seicho-No-Ie* e outros inéditos, mas organizados em torno de um tema. O primeiro volume recebe o subtítulo de *livro sumário/ livro Jissô*, nas primeiras edições, e *Introdução/imagem verdadeira*, nas edições mais recentes. O livro é traduzido e divulgado no Brasil pela própria *Seicho-No-Ie*.

A REVELAÇÃO DIVINA EM “A VERDADE DA VIDA”

Faremos a análise com base nos textos introdutórios do livro “A verdade da vida”, v.1. São discursos que instauram a cenografia da revelação divina, portanto, trata-se de discursos teológicos. São os discursos que estabelecem o primeiro contato entre a SNI e seus leitores, deste modo, têm o papel de estabelecer o contrato enunciativo entre o enunciador da SNI e um co-enunciador que visa a conhecer a doutrina e possa tornar-se um adepto. Portanto, esses discursos são fundamentais para a adesão do co-enunciador à doutrina da SNI.

Tendo isso em vista, os aspectos discursivos analisados são focados por nós no âmbito de estratégias de adesão e de estabelecimento de um lugar no campo da religiosidade. Concernente ao segundo aspecto, ele leva em conta que esse discurso também é responsável por estabelecer um lugar dentro do campo discursivo religioso já definido por outros posicionamentos. Com isso, as estratégias de adesão devem ser pensadas concomitantemente como estratégias de posicionamento. Isto é, a SNI afirma-se como um posicionamento discursivo em meio a outros, com os quais estabelece relações de aliança e/ou concorrência.

O livro “A verdade da vida”, v.1 é introduzido por duas revelações. A primeira é a revelação bíblica contida no Novo Testamento, Apocalipse, cap. 1, v. 12-20. Em seguida, há a *Revelação divina da Grande Harmonia*, a qual é uma das primeiras revelações divinas recebida por Masaharu Taniguchi, datada de 15 de janeiro e 27 de setembro de 1931.

Na obra, esses discursos têm a função de epígrafe, ou seja, gênero de texto inspirador da produção da obra. A epígrafe pode ser definida também como um peritexto (GENETTE, 2009), por ser um enunciado que ocupa um lugar, ao mesmo tempo, interior e exterior à obra. A escolha por iniciar a obra com o capítulo do apocalipse, texto do Novo Testamento, é significativo para compreendermos a inscrição do posicionamento do enunciador da SNI no interdiscurso religioso. Sabemos que o Novo Testamento é a obra que assume o lugar de arquitexto do Cristianismo e, conseqüentemente, é o discurso basilar das doutrinas religiosas de orientação cristã.

Voltei-me para ver a voz que falava comigo. Voltando-me, vi sete candelabros de ouro e entre os candelabros alguém semelhante a um Filho de homem, vestindo longa túnica até aos pés, cingido o peito por um cinto de ouro. Tinha ele cabeça e cabelos brancos como lâ cor de neve. Seus olhos eram como chama de fogo. Seus pés

pareciam metal ardente na fornalha. Sua voz era como o ruído de muitas águas. Segurava na mão direita sete estrelas. De sua boca saía uma espada afiada de dois gumes. Sua face era como o sol quando brilha em todo o seu fulgor. Ao vê-lo, caí aos seus pés como morto. Então ele colocou sua mão direita sobre mim e disse: “Não temas! Eu sou o Primeiro e o Último e o que vive. Estive morto e eis que de novo vivo pelos séculos dos séculos! E tenho as chaves da morte e da região dos mortos. “Escreva, pois, as coisas que você viu, tanto as presentes como as que acontecerão. Este é o mistério das sete estrelas que você viu em minha mão direita e dos sete candelabros: as sete estrelas são os anjos das sete igrejas, e os sete candelabros são as sete igrejas.

(Apocalipse, Cap. I, Vers. 12 a 20.)

O apocalipse é o último livro do Novo testamento e, de acordo com a tradição cristã, trata da revelação de Cristo a João sobre fatos que aconteceriam em breve. Trata-se de um discurso cuja estrutura de enunciação nos remete a dois níveis enunciativos. O primeiro nível é o do acontecimento da revelação, do qual participam o hiperenunciador, e o co-enunciador, João. O segundo nível é o da obra, o do relato de João sobre a revelação divina, da qual o enunciador é João, intermediário entre o plano divino e o plano dos homens.

O actante João ocupa, desse modo, uma complexidade de lugares na enunciação: primeiro nível / segundo nível; co-enunciador/enunciador; plano divino/plano dos homens; enunciador/escriva. Assim, no segundo nível da enunciação, o enunciador faz seu testemunho, a aparição de um ser que pede a ele para escrever o que é enunciado. No primeiro nível da enunciação, temos o hiperenunciador, que atribui a João o lugar de co-enunciador/escriva.

No discurso da revelação divina, o co-enunciador da revelação é acima de tudo, o escolhido. É ele, dentre todos os outros da mesma tribo, do mesmo grupo, da mesma seita ou dentre todos os homens do mundo, que é escolhido pelo plano divino ou transcendente para receber a revelação. Aquele para quem é feita a revelação torna-se um sujeito único entre os seus, pois ele toca o divino. É o mediador entre o plano do divino e o plano dos homens.

Segundo Hanson (1976, apud SOARES, 2008, p.103) O discurso do Apocalipse enquadra-se em um gênero de discurso específico: o gênero apocalíptico. Nos primeiros enunciados do Apocalipse de João, conforme esse autor, nota-se os

quatro aspectos enunciativos que tipificam a estrutura desse gênero: “uma revelação que é dada por Deus; a transmissão se dá por um mediador; o receptor é um visionário; os temas tratados dizem respeito a eventos futuros.”

Receber a revelação é, conseqüentemente, tornar-se responsável por uma missão. O hiperenunciador dirige-se ao co-enunciador da revelação, instaurando um ato de ordem: “escreva”. Assim, o ato de ordem é também um ato de transformação do co-enunciador, que se torna, a partir desta, um escriba e representante do plano divino. No versículo 11 do mesmo texto temos: “escreve-o num livro e manda-o às sete igrejas”. O co-enunciador (do primeiro nível enunciativo) da revelação, torna-se o enunciador (do segundo nível enunciativo) da revelação como enunciado. Ou seja, de receptor da mensagem divina, ele passa a divulgador. Está aí sua missão.

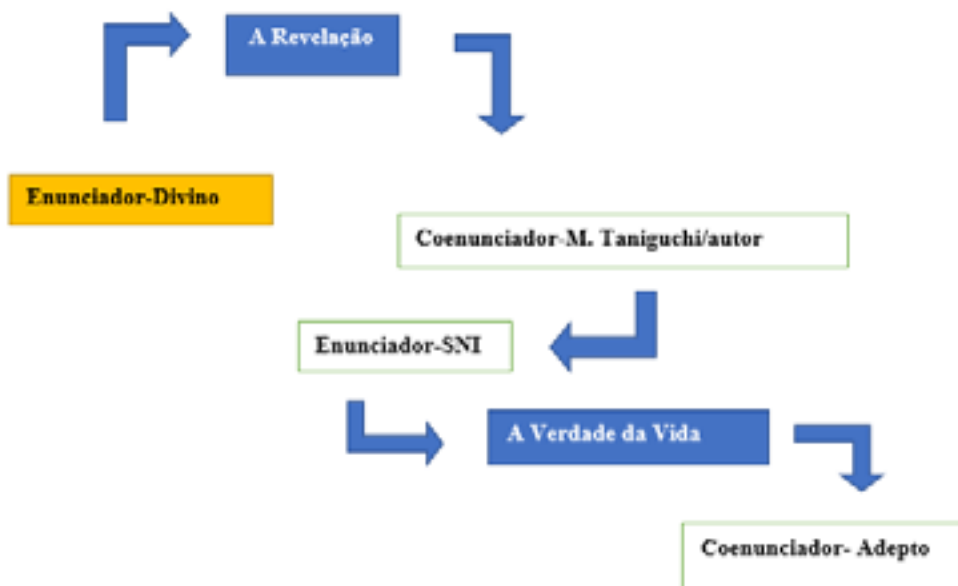
Após o texto do Apocalipse, segue a revelação recebida por Masaharu Taniguchi, intitulada como *Revelação divina da grande harmonia*, datada de 27 de setembro de 1931. Notamos, assim, que a revelação divina do Apocalipse é inserida na obra com a finalidade de ancorar o discurso da SNI.

Revelação Divina da Grande Harmonia

Reconcilia-te com todas as coisas do céu e da terra. Quando se efetivar a reconciliação com todas as coisas do céu e da terra, tudo será teu amigo. Quando todo o Universo se tornar teu amigo, coisa alguma do Universo poderá causar-te dano. Se és ferido por algo ou se és atingido por micróbios ou por espíritos baixos, é prova de que não estás reconciliado com todas as coisas do céu e da terra. Reflexiona e reconcilia-te. Esta é a razão por que te ensinei, outrora, que era necessário te reconciliares com teus irmãos antes de trazeres oferenda ao altar. Dentre os teus irmãos, os mais importantes são teus pais. Mesmo que agradeças a Deus, se não consegues, porém, agradecer a teus pais, não estás em conformidade com a vontade de Deus. Reconciliar-se com todas as coisas do Universo significa agradecer a todas as coisas do Universo. A reconciliação verdadeira não é obtida nem pela tolerância nem pela condescendência mútua. Ser tolerante ou ser condescendente não significa estar em harmonia do fundo do coração. A reconciliação ver-

dadeira será consolidada quando houver recíproco agradecer. Mesmo que agradeça a Deus, aquele que não agradece a todas as coisas do céu e da terra não consolida a reconciliação com todas as coisas do céu e da terra. Não havendo a reconciliação com todas as coisas do Universo, mesmo que Deus queira te auxiliar, as vibrações mentais de discórdia não te permitem captar as ondas da salvação de Deus. Agradece à Pátria. Agradece a teu pai e a tua mãe. Agradece a teu marido ou a tua mulher. Agradece a teus filhos. Agradece a teus criados. Agradece a todas as pessoas. Agradece a todas as coisas do céu e da terra. Somente dentro desse sentimento de gratidão é que poderás ver-Me e receber a Minha salvação. Como sou o Todo de tudo, estarei somente dentro daquele que estiver reconciliado com todas as coisas do céu e da terra. Não sou presença que possa ser vista aqui ou acolá. Por isso não me incorporo em médiuns. Não penses que, chamando por Deus através de um médium, Deus possa Se revelar. Se queres chamar-Me, reconcilia-te com todas as coisas do céu e da terra e chama por Mim. Porque sou Amor, ao te reconciliares com todas as coisas do céu e da terra, aí, então, Me revelarei. (Revelação Divina da noite de 27 de setembro de 1931)

O título “revelação divina” já faz com que o co-enunciador da obra “A verdade da vida”, por sua competência genérica, ou seja, por conhecer as especificidades do gênero apocalíptico ou da revelação, compreenda que o TU do item lexical “Reconcilia-te” não estabelece, de imediato, um contrato enunciativo entre ele (co-enunciador da obra) e o enunciador da obra, mas que, por se tratar de uma revelação, instaura a cenografia cujo enunciador é Deus e o co-enunciador é aquele que recebeu a revelação. A data, ao final, confirma os lugares distintos que este discurso instaura aos co-enunciadores dos dois níveis enunciativos: o do co-enunciador da obra, o possível adepto da SNI, e o do co-enunciador da revelação, neste caso, o autor. A organização enunciativa, dá-se em uma cadeia que pode ser representada do seguinte modo:



Esquema 1. Elaborado pelo autor

Do mesmo modo que observamos na revelação do Apocalipse, há aqui dois níveis de enunciação, mas, desta vez, de maneira implícita. Na primeira revelação, há a presença dos dois enunciadore, que assumem o lugar de EU no discurso, o enunciador da obra e o hiperenunciador: “Voltei-me para ver a voz que falava comigo”, “Eu sou o Primeiro e o Último”. Na *Revelação divina da Grande Harmonia*, em contrapartida, há, no enunciado, somente o hiperenunciador. Contudo, a revelação do Apocalipse, inserida anterior a esta, contribui para que o co-enunciador identifique os dois níveis enunciativos mesmo que não estejam explícitos.

No primeiro nível, o enunciador da *Revelação divina da Grande Harmonia* é o hiperenunciador. Este dirige-se ao co-enunciador/ o escolhido que, no discurso construído pela SNI, é identificado como o fundador da doutrina. No segundo nível, aquele que recebeu a revelação divina torna-se o enunciador e dirige seu discurso ao co-enunciador, que é o possível adepto da SNI. A identidade do enunciador é multifacetada: autor, enunciador, fundador, o escolhido pelo plano divino.

O enunciador da obra assume, desse modo, a complexidade de papéis, conforme apontamos acerca do enunciador João, em o Apocalipse. Neste caso, a instância do enunciador amalgama-se com a instância de autor. Além disso, se no

primeiro nível da enunciação, ele é aquele a quem o hiperenunciador se dirige, ou seja, o co-enunciador da revelação; na obra, ele torna-se o enunciador, mas enuncia como se fosse habitado pelo hiperenunciador. Afinal, o ato de enunciar, para ele, é, acima de tudo, uma missão de transmitir o que lhe é revelado pelo hiperenunciador.

Assim, sua fala não é somente sua, o que faz com que o estatuto de enunciador da SNI, em “A verdade da vida”, seja um estatuto paratópico: o do enunciador/autor/fundador e o do hiperenunciador. Esse duplo lugar, ou ainda, lugar problemático do enunciador, é um aspecto característico dos discursos constituintes. Trata-se de um discurso que pretende legitimar-se através de um enunciador cuja fala ascende a uma fonte legitimadora:

Se há “constituição”, é justo na medida em que a cena de enunciação que o texto traz legítima de uma maneira, em certo sentido, performativa o direito à fala que ele pretende receber de alguma fonte (a Musa, Deus...). (MAIN-GUENEAU, 2006, 70)

A legitimação desse discurso é decorrente da adesão do co-enunciador ao lugar que o enunciador instaura. Em outras palavras, o co-enunciador torna-se um adepto da comunidade discursiva da SNI à medida que aceita que o discurso que funda a doutrina é um discurso cujo enunciador acessa o Absoluto, ou seja, o plano divino. Para o co-enunciador/adepto, tal discurso deve ser tomado como fruto de um enunciador de um duplo lugar de fala: que pertence ao mundo dos homens, mas que acessa a Verdade, o Transcendente.

Não devemos, contudo, reduzir esse processo enunciativo somente aos lugares do enunciador e do co-enunciador, pois estes são apenas alguns dos elementos que compõem a cenografia que emerge nesse discurso. A cenografia da revelação divina é instaurada, em primeiro lugar, pela memória discursiva que a revelação do Apocalipse ajuda a construir. Dela faz parte a topografia: um lugar da magia, do mistério, do sobrenatural e, sobretudo, do divino; e uma cronografia, um momento que joga com o agora e o futuro revelado.

Na *Revelação Divina da Grande Harmonia*, a topografia e a cronografia são constituídas, principalmente, pelo item lexical “Grande harmonia”. Esse item representa, de modo concomitante, um lugar e um tempo anunciado pelo hiperenunciador. Contudo, não é o aqui-agora, mas um lugar e um tempo futuro e quiçá, ou seja, que somente será alcançado ao se cumprir a condição que o hiperenunciador estipula: “Quando se efetivar a reconciliação com todas as coisas do céu e da terra”.

O enunciado “Reconcilia-te”, cuja relação EU-TU, no primeiro nível enunciativo, dá-se entre o hiperenunciador e o co-enunciador da revelação, produz

efeitos de sentido de ato de pedido ou conselho. Atendê-lo é, assim, a condição para que o co-enunciador acesse o lugar-tempo da Grande harmonia. Contudo, ao inseri-lo na obra de divulgação da SNI, “A verdade da vida”, a relação EU-TU, no segundo nível, torna-se mais complexa. Quando o co-enunciador da obra/adepto da SNI tem acesso aos seus efeitos de sentido, assume também o lugar do TU que a cenografia da revelação instaura. No entanto, o TU, nesse discurso, assume ainda outra proporção, pois pode se referir a toda humanidade. “Reconcilia-te” torna-se, assim, um convite global, para acessar ao tempo-lugar da “Grande harmonia”.

Se, por um lado, o hiperenunciador faz o pedido/convite ao co-enunciador, por outro lado, ele também faz a promessa: “Quando todo o Universo se tornar teu amigo, coisa alguma do Universo poderá causar-te dano”. Assim, estabelece a relação de condição: caso não aceite reconciliar-se, terá como consequência continuar sua vida propensa à dor, ao sofrimento e à doença, tanto no plano carnal como no espiritual: “Se és ferido por algo ou se és atingido por micróbios ou por espíritos baixos, é prova de que não estás reconciliado com todas as coisas do céu e da terra”. Caso aceite reconciliar-se, tornar-se-á livre de todos esses males: “coisa alguma do Universo poderá causar-te dano” e “tudo será teu amigo”.

Notemos, agora, a interdiscursividade que atravessa “A revelação da Grande harmonia”. No enunciado “Esta é a razão por que te ensinei, outrora, que era necessário te reconciliares com teus irmãos antes de trazeres oferenda ao altar”, o hiperenunciador evoca um outro momento em que havia ensinado sobre a reconciliação. O item lexical “outrora” resgata, assim, pela memória discursiva, através do interdiscurso, um momento anterior ao da enunciação da revelação divina da grande harmonia, em que Ele já havia ensinado a reconciliação. O enunciado “outrora” remete ao discurso do Novo testamento:

Portanto, se trouxeres a tua oferta ao altar, e aí te lembrares de que teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa ali diante do altar a tua oferta, e vai reconciliar-te primeiro com teu irmão e, depois, vem e apresenta a tua oferta. (Mateus, Cap. 5, v. 23-24)

Com efeito, essa relação interdiscursiva faz com que o hiperenunciador do discurso da SNI assimile o hiperenunciador, que fala através de Cristo, no Novo testamento, na mesma instância enunciativa. Se ambos são o Mesmo, o posicionamento discursivo da SNI estabelece relação de aliança com o posicionamento discursivo religioso cristão. A aliança pode ser pensada em termos de posicionamento estratégico da SNI no campo discursivo da religiosidade, pois estabelece que o Deus do Cristianismo é o Deus da SNI. Isto confirma o que a revelação do Apocalipse, anterior a esta, já corrobora.

No entanto, a relação interdiscursiva entre o discurso da SNI e o discurso do Novo Testamento coloca em xeque o lugar da SNI entre os discursos constituintes. Se os discursos constituintes ocupam um lugar limite no interdiscurso, em que legitimam outros, mas não são legitimados por outros, recorrer ao discurso do Cristianismo desqualificaria o posicionamento discursivo religioso da SNI como discurso constituinte?

Não é o que defendemos, pois o discurso da SNI visa a seu próprio processo enunciativo de fundação por meio de um processo enunciativo paratópico, ou seja, estamos diante de dois discursos teológicos distintos: o bíblico e a revelação da Grande Harmonia. Por isso, talvez possamos pensar nessa relação interdiscursiva, entre discurso da SNI e discurso do Novo Testamento, como um processo de inscrição estratégico do posicionamento da SNI no campo discursivo religioso.

O discurso da SNI fundamenta-se, afinal, no conceito de Deus uno, isto é, em seu discurso de fundação, emerge um hiperenunciador que transcende todo sectarismo. É um Deus único que enuncia em todas as religiões. Assim, explica o sincretismo que marca o discurso da SNI, pois seu hiperenunciador é aquele que “outrora” enunciou no Cristianismo, no Xintoísmo ou no Budismo.

A legitimação da SNI decorre, portanto, principalmente, por dois aspectos que observamos na análise. O primeiro é mostrar que seu discurso não pertence ao mundo, visto que o enunciador/fundador de sua discursividade recebe-o do plano divino, pela revelação. Deste modo, legitima-se, pela cenografia, um enunciador paratópico, cuja fala é recebida de uma Fonte legitimadora: o hiperenunciador.

O segundo aspecto do qual decorre a legitimação do discurso da SNI é que, esse discurso, é fundado e legitimado à medida que, paradoxalmente, ele mesmo, pela cenografia que instaura, legitima um Deus. Um Deus uno e transcendente a todas as crenças e religiões. Pelo processo enunciativo, esse discurso deve manifestar um Deus que, por sua vez, legitime a próprio discurso do qual ele emerge.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a noção de discursos constituintes já tenha chegado aos seus vinte e quatro anos, desde sua formulação por Cossutta e Maingueneau (1995), notamos que há, ainda, muitos pontos em relação ao conceito que merecem ser explorados. Esse “campo de pesquisa”, pelo seu caráter interdisciplinar, possibilita lançar um novo olhar a estudos de áreas distintas, como o da Literatura, da ciência da religião e outros, que se interseccionam com a prática linguageira. Nesse sentido, nosso capítulo buscou refletir sobre a prática discursiva religiosa pela perspectiva enunciativo-discursivos, conforme propõe Maingueneau.

Nosso objetivo, neste capítulo, foi analisar como ocorre o processo enunciativo-discursivo de legitimação na emergência de um novo posicionamento no campo discursivo religioso: a Seicho-No-Ie. Como resultados, notamos que esse discurso busca, na constituição da cenografia da revelação divina, legitimar-se por um processo enunciativo paratópico, cujo enunciador recebe sua autoridade enunciativa de um hiperenunciador.

Para isso, tal discurso se estabelece por dois níveis enunciativos que intensificam a paratopia do enunciador em uma duplicidade de lugares enunciativos: enunciador/co-enunciador, enunciador/autor, plano divino/plano humano. Assim, a subjetividade problemática do enunciador faz com que ele seja aquele que ouve a voz divina, mas também aquele que enuncia como testemunha do plano divino; pois sua missão é, de co-enunciador, tornar-se o fundador da doutrina que o hiperenunciador lhe transmite.

Em contrapartida, o enunciador do discurso da SNI deve legitimar o Deus que lhe dá sua autoridade enunciativa. O Deus da Grande Harmonia, o Deus que lhe pede: “reconcilia-te”, pois é, ele mesmo, o Deus da reconciliação das religiões. Por isso, a emergência do posicionamento da SNI no interdiscurso não se dá marcado pelo conflito com outros posicionamentos, mas por um posicionamento estratégico de harmonia.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Leila M.B. *Seicho-no-Ie do Brasil: agradecimento, obediência e salvação*. São Paulo: Annablume, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CLARKE, Peter. B. As Novas Religiões Japonesas e suas Estratégias de Adaptação no Brasil. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, p.22-45, jun. 2008. Disponível em: <https://www.pucsp.br/rever/rv2_2008/t_clarke.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- DINIZ, Edileia. *Carisma e o Poder no discurso religioso: um estudo do legado de Masaharu Taniguchi – A Seicho-no-Ie do Brasil*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUCSP: 2006.
- GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê, 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Le contexte de l'œuvre littéraire: Enonciation, écrivain, société*. Paris: Dunod, 1993.
- _____. L'énonciation philosophique comme institution discursive. In: *Langages*, ano 29, n. 119, 1995. L'analyse du discours philosophique. p. 40-62.
- _____. *Discurso Literário*. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.
- _____. La difficile émergence d'une analyse du discours religieux, *Langage et société*, 4, n. 130, 2009.

- _____. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.
- _____. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2014.
- _____. Analisando discursos constituintes. *GELNE*, v.2, n.2, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique., COSSUTTA Frédéric. L'analyse des discours constituants. In: *Langages*, ano 29, n.117, 1995. Les analyses du discours en France. p. 112-125.
- NASCIMENTO, Jarbas V. et al. *A Parábola do filho Pródigo*. São Paulo: LPB, 2009.
- _____. Notas de Aula da disciplina Enunciação e discursos constituintes - São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo. 20/05/ 2019.
- NOBRE, José Aguiar. *A revelação divina hoje: uma percepção do agir de Deus na história a partir do pensamento de Andrés Torres Queiruga*. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2017.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1996.
- SOARES, Dionísio. O. A literatura apocalíptica: o gênero como expressão. *Horizonte: Belo Horizonte*, v. 7, n. 13, p. 99-113, dez. 2008.
- TANIGUCHI, Masaharu. *A verdade da vida: Introdução/ imagem verdadeira (I)*. São Paulo: Seicho-No-Ie Brasil, 2003.